

## ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ/PR

**Layane Alves Nunes** – layanealvesnunes@hotmail.com

**Diana Carla Rodrigues Lima** – dianacarla.arq@gmail.com

**Igor José Botelho Valques** - ijbvalques@uem.br

**Paulo Fernando Soares** – pfsoares@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Pós-graduação em Engenharia Urbana  
Av. Colombo, 5790, CEP:87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.

***Resumo:** O homem é um ser social por natureza. Porém a sociedade possui processos segregadores, um deles é a falta de acessibilidade. Hoje o desenho universal tenta equalizar os espaços a fim de promover a acessibilidade que é a garantia do direito de ir e vir a toda população. Esse direito enfatiza a autonomia e independência de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, proporcionando, assim, seu fortalecimento social, político e econômico. O desenvolvimento da acessibilidade, dentro do processo de projetar um meio ambiente mais abrangente e menos restritivo, é uma tendência mundial e irreversível, que garante a melhoria da qualidade de vida do ser humano. Este estudo vem contribuir para a análise das condições do Campus da Universidade Estadual de Maringá em favor das pessoas que necessitam da ausência de barreiras arquitetônicas para terem autonomia. Objetiva ainda, promover a conscientização de seus usuários, acadêmicos e a comunidade em geral, quanto às questões de acessibilidade bem como sua inserção no “modus operandi” e “vivendi” de uma verdadeira sustentabilidade social.*

***Palavras-chave:** Desenho universal, Inclusão social, Acessibilidade, UEM.*

### 1 INTRODUÇÃO

As universidades são mundialmente reconhecidas como paradigma da democracia, em função disso, seu planejamento espacial deveria promover acessibilidade a todos, compreendendo a eliminação de barreiras arquitetônicas e sociais para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.

A totalidade da acessibilidade somente será atingida quando a maioria das pessoas deixarem de pensar que os “detalhes” nas construções e nos passeios públicos não são importantes. Realmente para muitos esse “detalhes” de rampas, degraus, passeios degradados não são a principal dificuldade de trânsito pelo campus universitário ou pelo perímetro urbano de qualquer cidade. No entanto, para uma parcela da população esses “detalhes” são extremamente importantes e essenciais, se transformando em impedimento para o trânsito livre, sem barreiras, com a autonomia necessária, sem que precisem de auxílio para

locomoção e principalmente acesso aos locais que desejam. Assim, sua auto-estima e sua inserção social estará assegurada.

A universidade, como espaço de sociabilização, inserida no contexto urbano, pode ser vista como fruto da atribuição social do homem. Apesar de ser um local comunitário nasce com aspectos de segregação. Seja segregação hierárquica, racial, religiosa ou monetária, esse espaço possui lugares inacessíveis a uma parcela da população.

Esta pesquisa se foca na Universidade Estadual de Maringá/PR (UEM), mais precisamente, na sua importância enquanto espaço de passagem e permanência pela população acadêmica e lindeira. O objeto deste estudo é a verificação *in loco* de barreiras arquitetônicas no campus da UEM, a fim de fomentar a discussão e balizar futuros trabalhos de adequação do espaço visando à acessibilidade física, social e emocional.

Os projetos de todos os edifícios e espaços dentro do campus devem ser direcionados a fim de promover a integração de toda a comunidade estudantil e externa. Para que isso ocorra, deverá haver uma gestão interdisciplinar do espaço acadêmico produzido e mantido pelos cursos de arquitetura e urbanismo, design, engenharia, ciências sociais, entre outros.

Com intenção de conscientizar parte dos estudantes universitários, futuros profissionais da cidade e região, e cidadãos responsáveis por locais públicos ou privados da importância de se ter um espaço acessível, busca-se a divulgação de parâmetros projetuais que garantam a acessibilidade a todos.

## **2 ACESSIBILIDADE COMO INCLUSÃO SOCIAL**

A acessibilidade pode ser entendida como a possibilidade que um indivíduo tem de compreender e interagir com o espaço urbano, bem como de comunicar-se com outros cidadãos, tendo ou não limitações de mobilidade ou de percepção sensorial. Um espaço acessível implica em possuir acessibilidade às edificações, ao meio urbano, aos transportes, à comunicação e aos serviços, o que nos mostra que um espaço acessível é um direito de todos. Como tal, este deve ser vivenciado e utilizado por qualquer pessoa, sejam por pessoas que possuam ou não alguma dificuldade para se locomover.

Isso faz do ato de promover a acessibilidade uma garantia para o direito de ir e vir a toda população, com ênfase na autonomia e independência, incluindo as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, proporcionando seu fortalecimento social. Ao falar de pessoas com mobilidade reduzida relacionam-se obesos, gestantes, idosos, mães ou pais com carrinhos de bebê, entre outras.

O conceito de acessibilidade como interesse social deve ser entendido, valorizado e reivindicado por todos com o objetivo de melhorias na qualidade de vida. A reabilitação e a interação de pessoas não se tornarão possíveis e nem realidade, se as cidades não forem modificadas, adequadas ou criadas com consciência e informação.

Todo indivíduo possui seus direitos e obrigações perante a sociedade da qual o integra e participa. Direitos como acesso à moradia, à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer. Para que estes possam ser exercidos, há a necessidade de se respeitar os princípios de independência, autonomia e dignidade, de forma coletiva e individual. Estes princípios devem contemplar a totalidade dos indivíduos que compõem a sociedade; entretanto, há uma parcela da população que sofre com a exclusão social, causada, principalmente, pela dificuldade de locomoção e movimentação pela cidade e demais ambientes de uso comum (MINISTÉRIOS DAS CIDADES, 2005: 10).

O desenvolvimento da acessibilidade, dentro do processo de projetar um meio ambiente mais abrangente e menos restritivo, é uma tendência mundial e irreversível, junto aos processos que garantem a melhoria da qualidade de vida do ser humano. Transpor barreiras e se sentir capaz é um direito de todos os cidadãos. Atender as necessidades de estudo, trabalho

e lazer significa garantir condições necessárias ao acesso a todos os locais, contribuindo de forma ativa no desenvolvimento da sociedade e derrubando discriminações existentes.

Muito além do que normalmente se imagina, a eliminação de barreiras arquitetônicas em edifícios públicos e privados, equipamentos coletivos e vias públicas não são direito somente a deficientes físicos, são, também, necessárias para pessoas que tenham a sua mobilidade reduzida permanentemente ou temporariamente.

Para a completa acessibilidade é necessário o estabelecimento e cumprimento de legislações, normas técnicas e planejamento, sem desconsiderar, contudo, a qualidade do desenho, da execução ou da manutenção dos equipamentos, das instalações ou do meio urbano. Contudo, compete ao poder público, em todas as esferas, promover e fiscalizar a implantação de novas obras considerando as condições de acessibilidade ao meio urbano (Decreto 5296/2004).

## **2.1 Inserção social**

Segundo a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, art. 7 de 1975, apud Ministério das Cidades (2005), as pessoas portadoras de deficiência têm direito: “a tratamentos médico, psicológico e funcional, incluindo aparelhos protéticos e ortopédicos, à reabilitação física, à reabilitação social, à educação, ao treinamento e reabilitação profissionais, à assistência, aconselhamento, aos serviços de colocação e a outros serviços”. Esses são os serviços que lhes possibilitarão o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades e acelerarão o processo de sua integração ou reintegração social.

A definição de Inclusão Social, conforme o Ministério das Cidades (ibid), se compõe da necessidade de inserir as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no cotidiano de todos, não somente na presença física, porém de uma forma mais ampla e participativa. Trata-se de um processo em que a sociedade se adapta e se adequa a fim de receber em seus sistemas sociais e educacionais as pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida e estas, por sua vez, passam a assumir seus devidos papéis na sociedade.

Em 1982, a OMS-ONU (Organização Mundial da Saúde e Organização das Nações Unidas) estabeleceu o Programa Mundial para as Pessoas Deficientes, em que três princípios básicos foram apresentados e defendidos em diversas partes do mundo; são eles: a prevenção, a reabilitação e a equiparação de oportunidades (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005).

### ***Prevenção***

“Deve-se criar parâmetros, medidas e posturas que não permitam o aparecimento de novas pessoas com deficiências, sejam elas físicas, mentais ou sensoriais, ou então, quando estas já existirem, fazer com que as conseqüências negativas sejam menos comprometedoras possíveis”.

### ***Reabilitação***

“É um processo em que se deve trabalhar a pessoa com deficiência de forma a permitir-lhe um ótimo desempenho de suas funções, atividades e alcances necessários para o dia-a-dia, mesmo que para isso haja a necessidade de ajuda técnica de objetos, elementos intercambiáveis ou aparelhos específicos”.

### ***Igualdade de oportunidades***

“Também conhecida como equiparação de oportunidades, trata-se de um processo de caráter permanente e contínuo em diversas ações cotidianas dos cidadãos que garantam, de

forma igualitária a todos, as oportunidades de se ter acesso à moradia, ao trabalho, aos esportes, ao lazer, à educação, enfim, a todas as atividades inerentes à sociedade”.

### **3 CONCEITOS DE ACESSIBILIDADE**

#### **3.1 Acessibilidade ao meio físico**

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define a acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (NBR 9050/2004).

#### **3.2 Local acessível**

A ABNT define um local acessível como um “espaço, edificação, mobiliário urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanta a acessibilidade física como de comunicação” (NBR 9050/2004).

#### **3.3 Barreiras físicas de acessibilidade**

A ABNT nos traz a barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental como “qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano” (NBR 9050/2004).

#### **3.4 Desenho universal**

Em Washigton, no ano de 1963, foi criado o conceito de Desenho Universal, no início chamado de “Desenho Livre de Barreiras” devido ao seu enfoque voltado para eliminação de barreiras em projetos de edificações, áreas urbanas e equipamentos. Posteriormente evoluindo para Desenho Universal, e passando a considerar não apenas o projeto, mas a diversidade humana, como uma maneira de respeitar as diferenças e garantir a acessibilidade a todos os componentes do ambiente (NÚCLEO PRÓ-ACESSO, 2004).

O Desenho Universal tem como seus princípios básicos: permitir que pessoas de diversos padrões (adultos, idosos, crianças) ou em diferentes situações (em pé, sentados) possam interagir sem restrição com o ambiente projetado; reduzir o esforço para a utilização de produtos ou equipamentos em um ambiente. Considerar as distâncias e espaços para que estes não obriguem o indivíduo a ter um esforço adicional ou cansaço físico; permitir que ambientes e produtos sejam mais compreensíveis para pessoas com deficiência auditiva ou visual, criando recursos que assegurem o acesso; integrar os equipamentos e produtos para que sejam concebidos como um todo e não como partes isoladas.

#### **3.5 Pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida**

O termo pessoa com deficiência não se resume ao indivíduo que tem a falta de um braço ou perna, falta de visão ou audição, uma estrutura mental diferente, falha no caminhar ou parar em pé, estes fatos não sintetizam as deficiências. Uma pessoa com deficiência também é aquela que se encontra impotente face às situações da vida cotidiana. O que demonstra inúmeros significados a palavra deficiência pode ser visto como produto de interação entre as inúmeras variações sociais.

Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU), Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, artigo I, de 9 de dezembro de 1975, o termo “pessoa deficiente” diz

respeito a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades da vida individual ou social normal, decorrente da deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas, sensoriais ou mentais (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005).

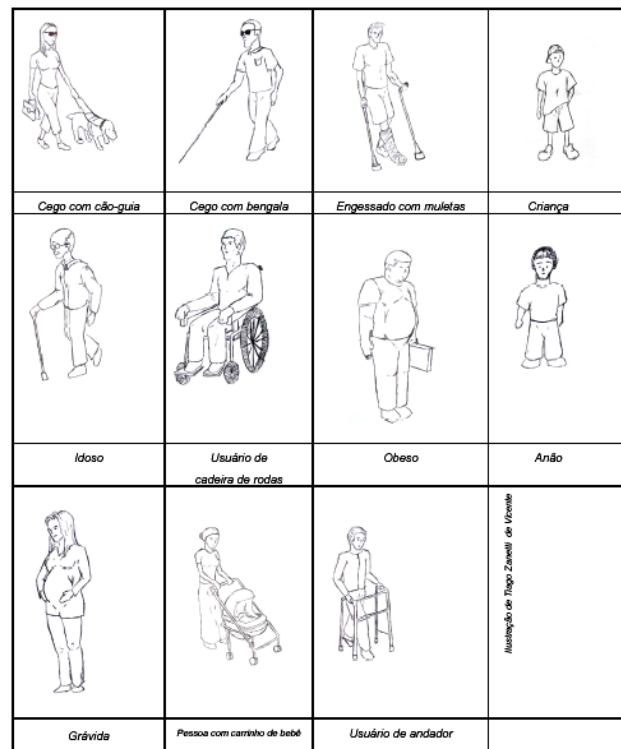


Figura 01 - Ilustração de exemplos de Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005)

A ABNT pela NBR 9050/2004, define que uma pessoa com mobilidade reduzida é aquela que permanentemente ou temporariamente, tem a sua capacidade de se relacionar com o meio e utilizá-la limitada. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida: pessoa com deficiência, idosa, obesa, cardíaco, gestantes, anão, entre outras.

### ***Deficiências no Brasil***

No ano de 2000, o IBGE registrou cerca de 24,5 milhões de brasileiros destes 14,5% apresentaram algum tipo de deficiência. São pessoas com ao menos alguma dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou com alguma deficiência mental ou física. No total dos casos declarados das deficiências investigadas, 8,3% possuíam deficiência mental, 4,1% deficiência física, 22,9% deficiência motora, 48,1% deficiência visual e 16,7% deficiência auditiva. Entre 16,5 milhões de pessoas com deficiência visual, aproximadamente 160 mil são incapazes de enxergar. Já entre os 5,7 milhões de brasileiros com deficiência auditiva, 176.076 são incapazes de ouvir (NÚCLEO PRÓ-ACESSO, 2004).

Tabela 01: Definições de deficiência conforme Decreto Federal nº 5.296/04, art. 5º, Inciso I (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2005)

Deficiência Física	alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia,
--------------------	---

	paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.
Deficiência Auditiva	perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.
Deficiência Visual	cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.
Deficiência Mental	funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1.comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. trabalho.
Deficiência Múltipla	associação de duas ou mais deficiências.

#### 4 LEGISLAÇÃO E NORMATIVAS

Hoje, pode-se afirmar que o Brasil possui um conjunto favorável de leis e normas para a implantação de elementos na questão da acessibilidade. Estas normativas, elaboradas pela ABNT visa proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

A legislação brasileira nos traz alguns decretos e normas, para assegurar a acessibilidade. A seguir estão citadas algumas destas normativas:

##### ***Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004***

Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

##### ***Lei de Acessibilidade***

Lei 10.098, 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

##### ***Decreto 3.298, 20/12/1999***

Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

##### ***NBR 9050:1994/2004***

Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.

## **5 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ E SUAS BARREIRAS**

A Universidade Estadual de Maringá, na forma de fundação, teve sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 6034 de 06/11/1969. Hoje, ela é reconhecida como uma importante instituição de ensino superior no país e se constitui no maior centro de estudos de Maringá, Paraná. O campus sede está localizado na área central da cidade e é classificado segundo as diretrizes de uso e ocupação do solo do Município como Zona Especial 6, ou seja, uma zona destinada à manutenção de padrões urbanísticos específicos, determinados pela Prefeitura do Campus Universitário (UNIVERSIDADE..., 2007).

Atualmente, o campus possui uma área de aproximadamente 100 hectares. Sua população universitária é estimada em mais de 18 mil habitantes, sendo 10.046 alunos de graduação, 2.857 de pós-graduação, 1.296 professores e o restante, servidores e estudantes de cursos livres. E disponibiliza um total de 47 diferentes cursos de graduação, sendo que 35 deles estão localizados no campus sede em Maringá (ibid.). Também, desenvolve importantes projetos, que abrangem pesquisa, ensino, extensão e cultura, envolvendo professores e alunos de diferentes áreas e que buscam melhorias para a sociedade, para a universidade e para a própria formação acadêmica.

Em relação ao seu caráter físico, o processo construtivo no Campus Sede, teve seu início em 1972, e continua em constante crescimento, seja através da construção de novos blocos ou da ampliação dos já existentes, na tentativa de suprir a demanda cada vez maior, com a criação de novos cursos, e ingresso de novos alunos.

Como pode ser observado na imagem de localização do campus da UEM (figura 02), este se encontra inserido em uma área consolidada da cidade e por isso, constitui-se em um espaço de passagem e permanência, não só da população universitária, mas também da comunidade externa. A comunidade externa frequenta a universidade não apenas para transpor a barreira que esta representa na tecitura viária, mas também, para acessar serviços localizados dentro do campus, participar de eventos ou projetos de extensão promovidos pela universidade ou, ainda, para ter acesso ao conhecimento, cultura e informação (biblioteca, museu, exposições etc.).

Posto isso, é manifesto o grande número de pessoas que circulam e acessam o campus universitário diariamente. No entanto, esse espaço apresenta barreiras arquitetônicas para as pessoas que possuem incapacidade física ou dificuldades de locomoção. Fato bastante contraditório, uma vez que a principal função da universidade, principalmente se tratando de uma instituição pública, é a da transmissão e da produção de conhecimentos e, por conseguinte, a divulgação do conhecimento produzido, tornando-o acessível a todos.

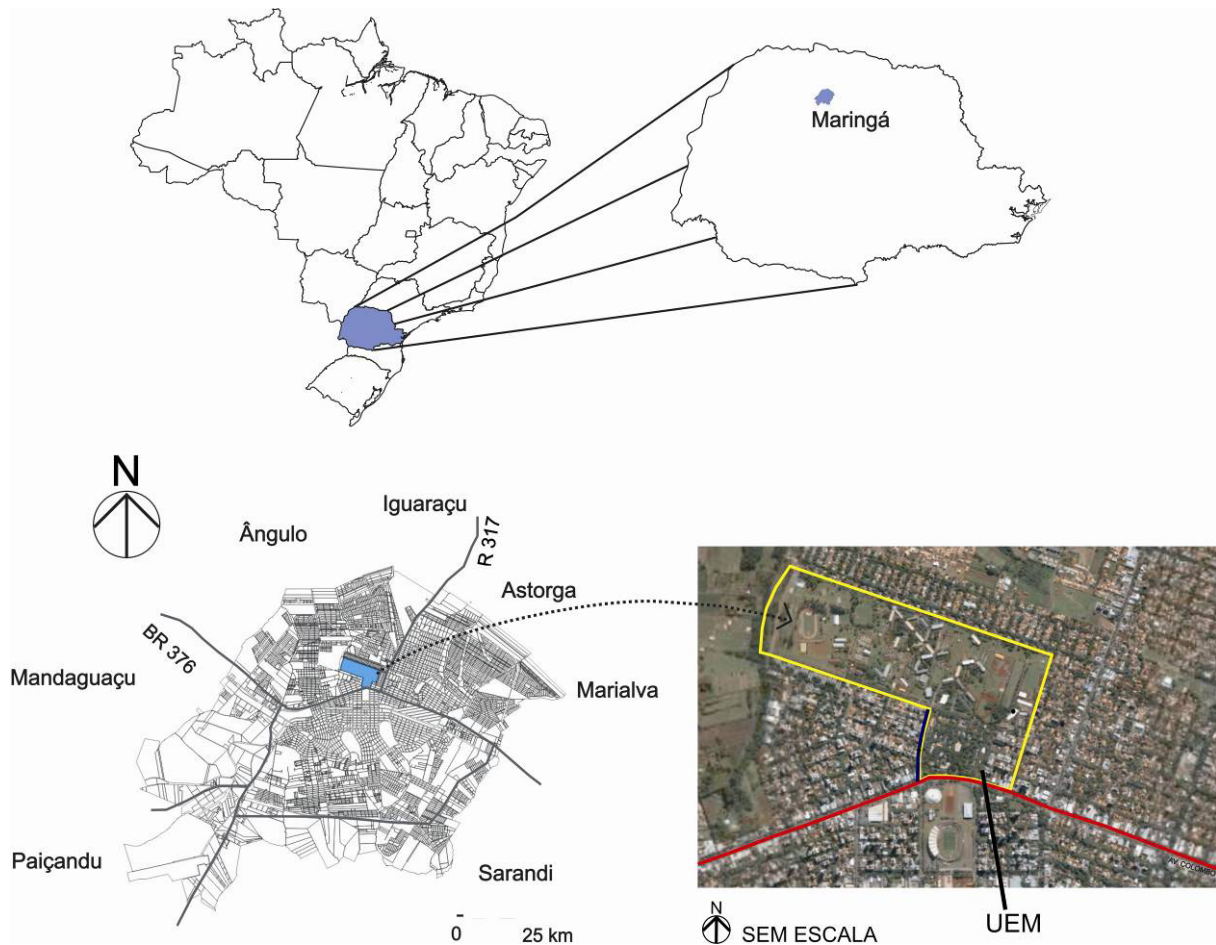


Figura 02 - Localização de Maringá/PR e do campus da UEM

### 5.1 Análise do espaço

A circulação dentro do campus sede da UEM apresenta muitos obstáculos à acessibilidade. Ao começar pela entrada de pedestres no campus, esta possui barras (figura 03, abaixo) para evitar o acesso de motos e bicicletas. Barras que, também, estão distribuídas ao longo dos percursos. Elas representam um obstáculo aos cadeirantes, transeuntes com carrinho de bebê, para as pessoas com dificuldades visuais e com dificuldades locomotoras o que não facilita o acesso.



Figura 03 – barreiras localizadas no acesso ao campus



A pavimentação se encontra degradada (figura 04, esquerda), seja pela ausência de manutenção ou falha na execução de alguns percursos, outro item que não garante a acessibilidade. Árvores, postes, tampa de caixa de inspeção (figura 04, direita), obstruem a circulação de pedestres em alguns locais. A largura dos passeios dificulta e, por vezes, não permite a passagem, inviabilizando a circulação de cadeirantes, carrinhos de bebê e dificultando-a (figuras 05).



Figura 04 – passeios degradados e tampa da caixa de inspeção localizada no acesso



Figura 05 – árvores e postes localizados nos passeios

Algumas rampas (figura 06, central) somadas aos rebaixamentos das calçadas (figuras 06, extrema esquerda) se apresentam executadas com inclinação acima dos 8,33 % (inclinação máxima) permitida pela ABNT NBR 9050, outras, sem guarda-corpo (figura 06, extrema direita), e a pavimentação das mesmas que, às vezes, degradadas constitui-se em mais um problema para o trânsito livre de deficientes e de pessoas com mobilidade reduzida.



Figura 06 – rebaixamento da calçada e rampas com inclinações acima do permitido

Algumas iniciativas de facilitar e/ou promover a acessibilidade a blocos (prédios) de atendimento ao público e de salas de aula podem ser encontradas (figuras 07). Contudo, ainda restam muitas adequações e reformulações físicas para serem realizadas e adequadas dentro do campus universitário, com a finalidade de que este se torne um espaço físico acessível, para que toda população possa acessar e usufruir deste local com autonomia e segurança. A

conscientização necessária voltada à problemática da acessibilidade é essencial, não somente para a realização de alterações, mas para que se torne uma prática ao projetar e construir caminhos e lugares acessíveis dentro das cidades pensando em toda a população, sem que se exclua uma parcela dos habitantes.



Figura 07 – rampa para acesso de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo contexto urbano, a problemática da acessibilidade se faz presente em pequena ou grande escala. No campus da Universidade Estadual de Maringá, não é diferente, pois este apresenta barreiras, muitas vezes presentes pela falta de preocupação com “detalhes” que para muito são irrelevantes e para uma minoria da população são essenciais para garantir o seu direito de ir e vir com autonomia, independência e segurança.

Para propor espaços, deve-se considerar a possibilidade de uma rota acessível, buscando atingir o uso do espaço pelo maior número de pessoas possível, na qual as idéias de independência, democracia, segurança e autonomia se estabeleçam nos percursos públicos e privados. Estando dentro dos padrões do desenho universal e/ou atendendo as normativas e legislações. O Decreto 5296/2004 nos diz que os projetos arquitetônicos e urbanísticos devem ter como referência básica a NBR 9050/2004.

Conforme este decreto o poder público deve, em todas as esferas, promover e fiscalizar a implantação de novas obras, considerando as condições de acessibilidade ao meio urbano. Isto implica na preparação de profissionais e técnicos para a fiscalização dos projetos. Além, da idéia de promover a certificação do estabelecimento ou espaço.

Estudos como este, tentam alertar e fomentar a discussão sobre a problemática das barreiras arquitetônicas e urbanas no perímetro urbano. No caso da UEM, parcerias entre entidades e setores da universidade, com boa vontade e conscientização da população acadêmica compõem o seu diferencial quanto à acessibilidade existente.

Verifica-se que existem tentativas de tornar alguns espaços do campus mais acessíveis, porém, a qualidade destes acessos bem como a sua quantidade, ainda não são suficientes para tornar o campus integralmente acessível.

## 7 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050, **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004, 97p.

CARTILHA SANTOS PARA TODOS. **Guia prático para eliminação e transposição de barreiras arquitetônicas.** Comissão de Acessibilidade, Condefi, Santos – SP, 2004, 79p.

CENTRO DE VIDA INDEPENDENTE DE MARINGÁ – CVI. Revista nº 2. 2005. Disponível em [www.cvi-maringa.org.br](http://www.cvi-maringa.org.br), acessado em 21 de maio de 2006.

CORDE. **Dia internacional das pessoas com deficiência.** Disponível em [http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/dia\\_inter\\_pessoa\\_def.asp](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/dia_inter_pessoa_def.asp), acessado em 02 de maio de 2007.

GUIA DE ACESSIBILIDADE EM EDIFICAÇÕES, Secretaria da Habitação do Município de São Paulo, São Paulo, 2002, 71p.

PROGRAMA BRASILEIRO DE ACESSIBILIDADE URBANA – BRASIL ACESSÍVEL, **Caderno 2:** Construindo uma Cidade Acessível. Ministério das Cidades, 2005, 154p. Disponível em [www.pmt.pa.gov.br/0002/acessiburbmcidades.pdf](http://www.pmt.pa.gov.br/0002/acessiburbmcidades.pdf), acessado em 21 de maio de 2006.

NÚCLEO PRÓ-ACESSO **Acessibilidade para todos:** uma cartilha de orientação. UFRJ/FAU/PROARQ, Rio de Janeiro, 2004, 87p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Histórico.** Disponível em <http://www.uem.br/main.php?id=12>, acessado em 20 de abril de 2007.

## ACCESSIBILITY AND SOCIAL INCLUSION AT THE CAMPUS OF THE STATE UNIVESITY OF MARINGÁ

**Abstract:** *The man is a social being by its very nature. However the society has separators processes, one of them is the lack accessibility. Today the universal design tries to equalize the spaces in order to promote the accessibility that is the guarantee of the right to go and to come for all population. This right emphasizes the autonomy and independence of people with deficiency or reduced mobility, providing, thus, their strengthening social, economic and politician. The development of the accessibility, inside of the process to project a more including and less restrictive environment, is a global and irreversible trend, which guarantees the improvement of the quality of life of the human being. This research comes to contribute for analyzes of the conditions that the Campus of the State University of Maringá for the people who need the absence of architectural barriers to have autonomy. Objective still, to promote the awareness of its users, academics and the community in general, how much the questions of accessibility as well as its insertion in the “ way operandi” and “way of life” of a real sustainable social.*

**Key-words:** *universal design, social inclusion, accessibility, UEM.*